



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA (SECONT)

Concurso Público

CARGO 1
AUDITOR DO ESTADO

ESPECIALIDADE
ADMINISTRADOR

PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os dados identificadores de seu cargo/especialidade transcritos acima, no rodapé de cada página numerada deste caderno, na folha de respostas e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou haja divergência quanto aos dados identificadores de seu cargo/especialidade, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Os costumes são uma das fontes da moral.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O Brasil também se prepara para investir em um
trem de alta velocidade: a linha que ligará o Rio de Janeiro
a São Paulo, a 360 km/h, deverá ir a leilão até o fim do ano
4 e estar pronta em 2014, a tempo da Copa do Mundo de
futebol. Quem embarcar na estação do Campo de Marte, em
São Paulo, estará na estação Central do Brasil, no Rio, 1 hora
7 e 33 minutos depois. Mas o valor da obra já está 63% acima
do previsto pelo Programa de Aceleração do Crescimento
(PAC). Dos iniciais R\$ 21,23 bilhões o custo acelerou para
10 R\$ 34,6 bilhões, conforme recente estudo da Agência
Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A diferença se
deve, entre outros fatores, à inclusão do custo dos impactos
13 socioambientais. A fatia maior — R\$ 24,5 bilhões — será
destinada às obras civis, e o restante para aquisição de trens,
implantação dos sistemas necessários, medidas
16 socioambientais e outras.

Embora apenas empresas estrangeiras tenham
capacidade tecnológica e estrutura para atender às exigências
da licitação, uma de suas cláusulas estabelece a
obrigatoriedade de transferência de tecnologia a empresas
nacionais agregadas ao projeto do vencedor. “É uma grande
oportunidade de se retomar a capacidade para desenvolver o
22 sistema ferroviário brasileiro”, observa o presidente da
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).
25 Em sua opinião, o abandono do transporte ferroviário nas
últimas décadas criou gargalos na infraestrutura nacional que
obrigam a adoção de “projetos mobilizadores”, como o trem-
28 bala, para estimular um novo salto tecnológico. E o receptor
dessa transferência de tecnologia pode ser o Parque
Tecnológico de São José dos Campos, acrescenta. Proposta
31 nesse sentido já foi encaminhada ao governo federal, mas
uma definição ainda deve esperar até a conclusão do
processo licitatório.

34 Se o custo da obra é alto, o preço da passagem não
fica atrás: R\$ 150 na classe econômica e R\$ 200 na
executiva, fora do horário de pico, e R\$ 200 na econômica e
37 R\$ 300 na executiva, durante o horário de pico. A ANTT
projeta que, já em 2014, seriam transportados pelo trem-bala
6,4 milhões de passageiros por ano, contra 3,9 milhões do
40 transporte aéreo, 960 mil de automóveis e 865 mil de ônibus.
Atualmente, a demanda do transporte aéreo é de 4,4 milhões
de passageiros por ano. A estimativa é de que, em 2024, a
43 demanda pelo trem de alta velocidade passe para
10,2 milhões de passageiros por ano e, em 2044, para
24,9 milhões por ano. A agência estima que em 2014
46 teremos 42 trens em operação, o que significa um trem a
cada 20 minutos no horário de pico, com capacidade máxima
de 855 passageiros por viagem.

Michael Moyer. A Terceira Via. In: Scientific American Brasil, set./2009, p. 12 (com adaptações).

A partir do texto ao lado, de Michael Moyer, julgue os itens a seguir.

- 1 O período inicial do texto sugere que outro país, além do Brasil, está às voltas com projeto ferroviário semelhante ao mencionado ou, ainda, que o Brasil se prepara para fazer investimentos também em outros projetos.
- 2 As consequências socioambientais elevaram os gastos previstos na obra ferroviária brasileira porque a reparação dos danos ambientais dela oriundos também é de responsabilidade do empreendedor.
- 3 O Parque Tecnológico de São José dos Campos carece de inovações no campo ferroviário.
- 4 A substituição da locução verbal “deverá ir” (l.3) pela forma verbal **irá** mantém a correção gramatical do texto e as ideias nele originalmente expressas.
- 5 Dado o padrão culto da linguagem, a impessoalidade e a formalidade que caracterizam o texto, ele poderia constar de um expediente de comunicação oficial.
- 6 O período que tem início na linha 17 poderia ser reescrito da seguinte forma, sem acarretar prejuízo para a correção gramatical ou para os sentidos originais do texto: Apenas empresas estrangeiras têm capacidade tecnológica e estrutura para atender às exigências da licitação, entretanto uma de suas cláusulas estabelece a obrigatoriedade de transferência de tecnologia a empresas nacionais agregadas ao projeto do vencedor.
- 7 Na linha 21, o emprego de preposição na expressão “ao projeto” é exigência sintática do vocábulo “agregadas”, que a precede.

A lógica sentencial, ou proposicional, trata das sentenças, ou proposições, passíveis de receberem um, e apenas um, entre os dois valores lógicos: falsa (F) ou verdadeira (V). É usual simbolizar as proposições por letras maiúsculas do alfabeto e construir novas proposições usando-se símbolos lógicos. A proposição simbolizada por $\neg A$, a negação da proposição A, terá valor lógico V, se A for F, e valor lógico F, se A for V. A proposição simbolizada por $A \vee B$, lida como “A ou B”, terá valor lógico F quando A e B forem F, e, nos demais casos, será V. A proposição simbolizada por $A \rightarrow B$, lida como “se A, então B”, ou “B é condição necessária para A”, terá valor lógico F quando A for V e B for F, e, nos demais casos será V. A proposição simbolizada por $A \wedge B$, que se lê “A e B”, terá valor lógico V quando A e B forem V, e, nos demais casos, será F.

Um argumento é denominado válido, ou correto, se, simbolizado por $P_1 \wedge P_2 \wedge \dots \wedge P_n \rightarrow Q$, for uma tautologia, isto é, for valorado sempre como V.

Com base nessas definições, julgue os itens a seguir.

- 8 Se a proposição simbolizada por $A \wedge B \rightarrow C$ for um argumento válido, então a proposição $A \wedge B \wedge (\neg C)$ será falsa.
- 9 Suponha que as proposições “Edu tem um *laptop* ou ele tem um celular” e “Edu ter um celular é condição necessária para Edu ter um *laptop*” sejam verdadeiras. Nesse caso, considerando essas proposições como premissas e a proposição “Edu tem um *laptop*” como conclusão de um argumento, então esse argumento é válido.
- 10 Se as proposições A, B e D forem V, então é possível que as proposições E, C, $E \rightarrow C$, $B \rightarrow E$ e $A \wedge C \rightarrow (\neg D)$ também sejam V.
- 11 Considere que sejam valoradas como V as duas seguintes proposições: “Todo candidato ao cargo de auditor tem diploma de engenheiro”; e “Josué é engenheiro”. Nesse caso, como consequência da valoração V dessas proposições, é correto afirmar que também será valorada como V a proposição “Josué é candidato ao cargo de auditor”.

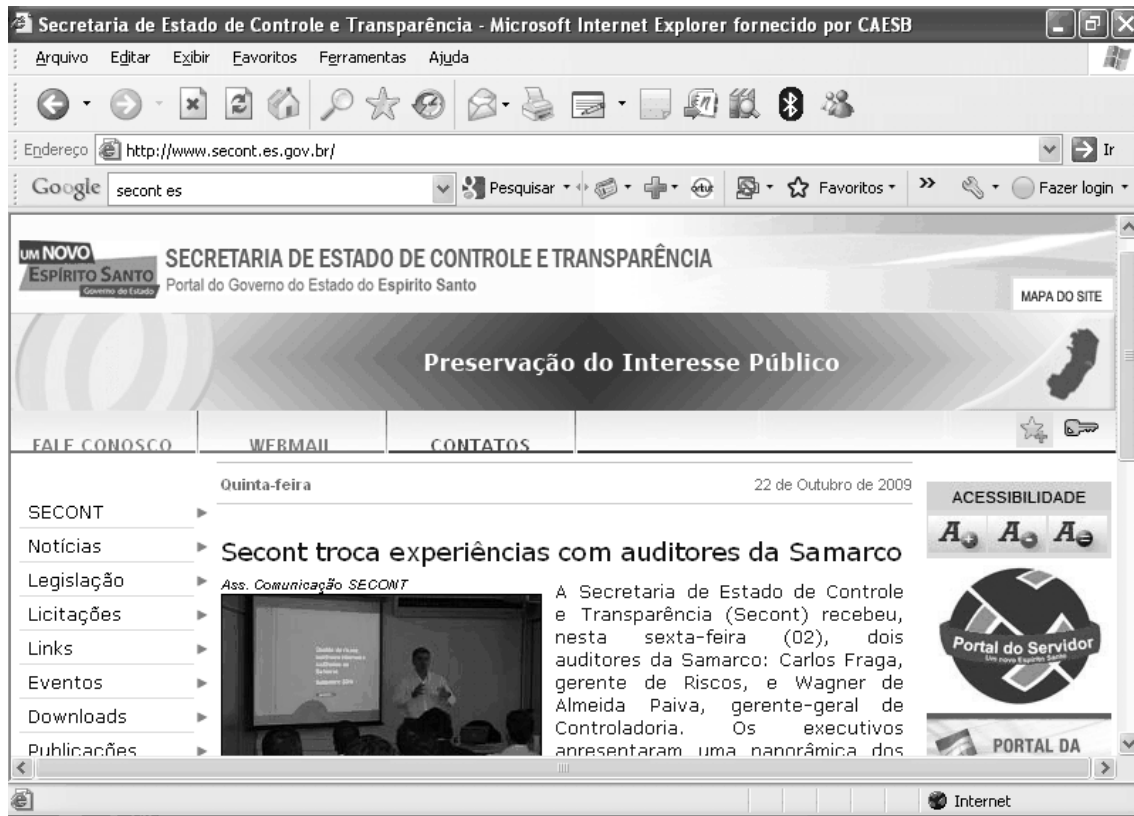
Com respeito à quantidade de possibilidades de ocorrência de um evento, julgue os itens que se seguem.

- 12 Considere que o acesso à ala de segurança de uma empresa seja permitido para 152 empregados, desde que utilizem uma senha individual formada por 3 algarismos distintos escolhidos entre os algarismos de 1 a 7. Nesse caso, sobrarão mais de 50 senhas.
- 13 Considere que um jogo eletrônico consista em executar uma música utilizando um conjunto de instrumentos musicais, seguindo determinado ritmo caracterizado por um nível de dificuldade. O jogador tem 3 opções para a escolha dos instrumentos musicais, 5 opções para o nível de dificuldade e 5 opções de música. Nessa situação, o número máximo de configurações a escolher para participar do jogo é igual a 13.


Uma companhia aérea oferece 2 promoções para seus clientes na compra de passagens. Essas promoções diferenciam nos preços e nas quantidades de cidades que incluem. Na promoção 1, as partidas são sempre de Vitória para 8 cidades diferentes, com tarifas iguais. Na promoção 2, as partidas são sempre de Brasília para 10 cidades distintas, também com tarifas iguais.

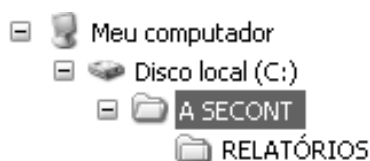
Com relação a essas promoções, julgue o item seguinte.

- 14 Considere que um cliente dessa companhia queira fazer 6 viagens em trechos cobertos pelas promoções 1 e 2. Nesse caso, se o cliente incluir até 2 trechos cobertos pela promoção 1, ele terá mais de 8 mil opções distintas para formar seu conjunto de 6 viagens.



A figura acima ilustra uma janela do Internet Explorer (IE) com uma página *web* sendo acessada. Considerando essa figura, julgue os próximos itens, acerca da Internet, sistema operacional e aplicativos no ambiente Windows.

- 15 Por meio de funcionalidades encontradas ao se clicar o botão , é possível acionar procedimento para adicionar a página *web* acessada como favorita do IE.
- 16 Caso o texto na página *web* mostrada seja selecionado, ele pode ser enviado para a área de transferência do Windows clicando-se na opção Copiar do menu **Editar** do IE. A seguir, é possível colar esse texto em um documento do Word 2003, que permite fazer alterações na sua formatação.
- 17 O termo *webmail* se refere à interface que permite ao usuário ler e processar seus *e-mails* diretamente da página *web* acessada na Internet, caso tenha permissão. Na figura mostrada, as funcionalidades relativas ao referido termo são disponibilizadas por meio do botão **WEBMAIL**.
- 18 Os aplicativos do Br.Office.org 2007 não são compatíveis com o ambiente do sistema operacional Windows XP.
- 19 Na estrutura de diretórios ilustrada a seguir, criada no Windows Explorer, se a pasta **A SECONT** for excluída, os arquivos na pasta **RELATÓRIOS** serão mantidos no computador em uso, na unidade C.



- 20 Para viabilizar a recuperação dos dados armazenados em um computador, os *backups* devem ser guardados em local seguro, em mídias separadas dos equipamentos.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca de auditoria e fiscalização, julgue os itens a seguir.

- 21** Fiscalização e auditoria são procedimentos distintos. Enquanto a fiscalização tem por objetivo obter dados e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos e entidades jurisdicionados, o objetivo da auditoria é fazer avaliações operacionais e aferição dos resultados dos programas e projetos governamentais.
- 22** De modo a dar consistência ao processo de auditoria, os critérios empregados para avaliação devem ser fixos, independentemente da entidade auditada, embora possam ser adaptados à realidade de cada caso na fase da elaboração da visão geral da entidade auditada.
- 23** O controle interno deve basear-se no princípio da segregação de funções, segundo o qual uma mesma pessoa ou entidade não pode ser simultaneamente responsável pelos ativos e pelos registros contábeis.

Acerca das etapas e características do trabalho de auditoria, julgue os itens subsequentes.

- 24** Se a técnica de comparação entre uma condição e um critério resultar em divergência, tem-se um achado de auditoria.
- 25** Os registros administrativos existentes na entidade auditada são considerados fontes primárias de informação para o auditor ou entidade de auditoria.
- 26** O programa de auditoria constitui o resultado do planejamento feito antes que a execução da auditoria propriamente dita tenha início. Assim sendo, esse documento não será considerado um papel de trabalho do auditor.
- 27** O parecer adverso é o tipo de relatório que o auditor deve emitir quando houver incertezas ou restrições ao âmbito da auditoria que impossibilitem a formulação de uma opinião a respeito das demonstrações financeiras.

Com relação à classificação das auditorias no setor público e às formas como elas podem ser realizadas, julgue os itens que se seguem.

- 28** Considere que o controle interno de um ente governamental tenha decidido dividir o trabalho de determinada auditoria entre os servidores lotados no órgão central e em unidades regionais de controle interno. Nesse caso, trata-se de uma auditoria integrada.
- 29** Quando se pretende fazer o exame dos registros e documentos mediante procedimentos específicos pertinentes ao controle do patrimônio da unidade, da entidade ou do projeto, deve-se realizar uma auditoria de acompanhamento da gestão.
- 30** Somente por meio da auditoria operacional verifica-se a efetividade e a aplicação de recursos externos, oriundos de agentes financeiros e organismos internacionais.

Com relação aos princípios constitucionais da administração pública e aos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

- 31** Somente se legitima a fixação de limite de idade para inscrição em concurso público quando prevista em lei e possa ser justificada pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- 32** O período em que determinado servidor público estadual estiver afastado de suas atividades públicas, para o exercício de mandato eletivo, deve ser contado como tempo de serviço para todos os efeitos legais, salvo para promoção por merecimento.

No tocante às finanças públicas, ao orçamento público e à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue os itens subsequentes.

- 33** De acordo com a Constituição Federal (CF), a fiscalização financeira da administração pública direta e indireta, por envolver matéria relacionada ao controle interno, pode ser disciplinada por meio de lei ordinária.
- 34** No processo legislativo referente às leis orçamentárias, é admissível a utilização de emendas pelos membros do Poder Legislativo, ainda que se trate de proposições constitucionalmente sujeitas à cláusula de reserva de iniciativa e independentemente de relação de pertinência com a proposição original.
- 35** No exercício de suas atribuições constitucionais, o TCU pode examinar, previamente, a validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público, tendo a sua decisão eficácia de título executivo.
- 36** Para fortalecer o controle interno do Poder Executivo, a CF estabelece que os responsáveis pelos órgãos públicos, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela devem dar ciência ao TCU, sob pena de responsabilidade subsidiária, não se aplicando tal regulamento aos Poderes Legislativo e Judiciário.

Quanto à organização do Estado brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 37** Por serem dotados de autonomia própria, os municípios apresentam capacidade de auto-organização, autogoverno, autoadministração e competências legislativas específicas, como a de legislar acerca da vocação sucessória dos cargos de prefeito e vice-prefeito, em caso de dupla vacância.
- 38** Ao dispor a respeito do princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, a CF afastou o direito de secessão das unidades da Federação, podendo a União, quando demonstrada a intenção de rompimento do pacto federativo, intervir nos municípios para manter a integridade nacional.

No que concerne à intervenção federal e à repartição de competências, julgue os itens que se seguem.

39 A União deve intervir no estado da Federação que estiver descumprindo o princípio constitucional da autonomia municipal. Nessa hipótese, é dispensada a apreciação dessa medida pelo Congresso Nacional, e o decreto limita-se a suspender a execução do ato impugnado, se a mesma medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

40 Lei estadual que assegure ao consumidor o direito de obter informações acerca de determinado produto não invade a esfera de competência da União, para editar normas gerais acerca de produção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor.

Quanto às licitações e aos contratos administrativos, julgue os itens seguintes.

41 No procedimento do pregão, o critério de seleção a ser adotado no julgamento das propostas deve ser o de menor preço, podendo o pregoeiro desconsiderar as especificações técnicas definidas no edital.

42 Para viabilizar o controle dos gastos públicos, qualquer cidadão pode requerer à administração pública os valores das obras e os preços unitários de determinada obra executada.

43 No entendimento do TCU, a prorrogação dos prazos previstos nos contratos administrativos somente é válida quando ainda não estiver expirado o termo original.

44 Se o contrato celebrado com a administração pública for considerado nulo, por ausência de prévio procedimento licitatório, o ente público pode deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados, independentemente da presença de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade.

Considerando as normas constitucionais concernentes aos servidores públicos, julgue o item abaixo.

45 Em hipóteses excepcionais e plenamente justificadas, é possível o preenchimento de cargos públicos permanentes mediante contrato administrativo.

Quanto aos princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro, julgue os itens a seguir.

46 Como decorrência do princípio da impessoalidade, a CF proíbe a presença de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos.

47 Tendo em vista o princípio da continuidade do serviço público, na hipótese de rescisão do contrato administrativo, a administração pública detém a prerrogativa de, nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.

A respeito dos atos administrativos e da responsabilidade dos servidores públicos, julgue os itens subsequentes.

48 Uma das hipóteses de desvio de poder é aquela em que o agente público utiliza-se do poder discricionário para atingir uma finalidade distinta daquela fixada em lei e contrária ao interesse público, estando o Poder Judiciário, nesse caso, autorizado a decretar a nulidade do ato administrativo.

49 Um cidadão que tenha sido absolvido na esfera penal por insuficiência de provas quanto à autoria de determinado crime funcional, não pode ser processado e responsabilizado pelo mesmo fato na esfera administrativa.

Em relação à organização administrativa da União, julgue o próximo item.

50 As sociedades de economia mista são constituídas tão somente por capital público.

Com relação ao orçamento público e ao ciclo orçamentário, julgue os itens a seguir.

51 O princípio orçamentário da universalidade preceitua que o orçamento deverá conter todas as receitas e despesas pelos seus valores líquidos, subtraídas as deduções estabelecidas pela legislação vigente.

52 A empresa em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto fará parte do orçamento das empresas estatais, desde que não seja uma empresa dependente.

53 As propostas orçamentárias parciais dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão elaboradas respeitando os limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

54 Expressão físico-financeira do planejamento governamental, o orçamento público será entendido, sobretudo, como um instrumento que expressa, anualmente, o conjunto de ações visando alcançar maiores níveis de eficiência e eficácia da ação do governo.

55 O projeto da LDO do governo federal, para o exercício financeiro de 2010, encontra-se em fase de apreciação e discussão no Poder Legislativo, que deverá fazê-lo até o início do próximo recesso parlamentar.

56 Uma das vantagens do orçamento-programa em relação ao orçamento tradicional é a possibilidade de se conjugar a formulação do orçamento ao planejamento governamental.

A respeito de créditos adicionais, julgue os itens que se seguem.

57 Os créditos adicionais especiais independem da existência prévia de recursos disponíveis e destinam-se a despesas para as quais não havia dotação orçamentária específica.

58 A Lei Orçamentária Anual (LOA) poderá ser utilizada para autorizar o Poder Executivo a abrir, durante o exercício financeiro, créditos adicionais suplementares até determinado montante, o que garantirá certo grau de flexibilidade à execução orçamentária.

Acerca dos convênios e dos contratos de repasse, julgue os itens subsequentes.

- 59** No ato de celebração do convênio ou do contrato de repasse com vigência plurianual, a concedente deverá empenhar o valor total a ser transferido durante a sua vigência.
- 60** Na celebração de convênio entre o governo federal e município brasileiro, fica acordado que a contrapartida do conveniente poderá ser atendida por meio de bens e serviços, desde que economicamente mensuráveis, mesmo nos casos em que o valor total do convênio seja igual ou inferior a R\$ 70.000,00.

Com base na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir.

- 61** Considere que, em determinado ente da administração, tenha havido solicitação de abertura de crédito especial antes do encerramento do exercício financeiro e que o balanço orçamentário parcial apresente a situação mostrada na tabela a seguir. Nesse caso, é correto afirmar que, pela execução orçamentária, não há recursos para a abertura do crédito especial solicitado.

balanço orçamentário	RS milhões
receita prevista	500
despesa fixada (já acrescida do <i>superavit</i> financeiro)	580
receita arrecadada	550
despesa realizada	510

- 62** O governo de determinado estado não pode empenhar, no último mês do mandato do respectivo governador, mais que o duodécimo das despesas autorizadas para o exercício, nem tampouco assumir, no mesmo período, compromissos que vençam no mandato seguinte.

Tendo como referência a Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens subsequentes.

- 63** A Internet é um dos veículos que asseguram transparência, ao permitir o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos entes públicos. Os prazos que os municípios têm para divulgar essas informações variam em razão inversa à sua população.
- 64** Considere que o prefeito de determinado município pretenda desenvolver um programa de educação ambiental durante o seu mandato e, para isso, tenha apresentado duas opções, igualmente válidas: o aumento da alíquota do Imposto sobre Serviços (ISS) e(ou) a eliminação de cargos em comissão, de livre provimento, com a exoneração dos atuais ocupantes. Nessa situação, o início do programa está condicionado à implementação da(s) medida(s) proposta(s).
- 65** Caso, na elaboração da proposta orçamentária, se verifique que não houve alterações na legislação, que a inflação projetada é de 4,5% e que a estimativa de crescimento do PIB é de 5%, então a previsão de aumento da receita deve ser de 9,5%.

Tendo como referência as Leis Complementares Estaduais n.º 295/2004 e n.º 478/2009, julgue os itens seguintes.

- 66** O cargo de auditor-geral do estado é de livre nomeação e exoneração pelo governador do estado, recaindo a escolha sobre servidor da carreira e sendo-lhe asseguradas as mesmas garantias e prerrogativas dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.
- 67** O Conselho do Controle da Transparência (CONCECT) tem caráter consultivo, embora se pronuncie acerca de questões técnicas, até mesmo quanto à uniformização da interpretação de atos normativos e procedimentos relativos às atividades da secretaria.

Com base na Lei Complementar Estadual n.º 46/1994, julgue os itens que se seguem.

- 68** Qualquer servidor do estado que constate ilegalidade na realização de despesa ou abuso de poder na cobrança de receita é obrigado a representar contra referidos atos, mas deve indicar elementos de prova com vistas à apuração dos fatos em processo específico.
- 69** Ao servidor público é permitido participar, na condição de proprietário, de sócio ou acionista, de empresa fornecedora de bens ou prestadora de serviços ao estado, sendo-lhe, todavia, vedado atuar como administrador ou gerente da empresa contratada.
- 70** O combate à gripe H1N1 caracteriza necessidade temporária de excepcional interesse público, ensejando a celebração de contrato administrativo de prestação de serviços, por prazo determinado, desde que por prazo máximo improrrogável de seis meses.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ao assumir o cargo de secretário de administração de estado, João da Silva apresentou uma série de reformas para o governo, todas elas alinhadas com a preocupação de se realizar um acompanhamento mais rigoroso da auditoria de pessoal. Essas ações incluem o estabelecimento de uma política de administração de pessoal embasada no sistema de mérito, a descentralização da administração de governo, a revisão de estruturas, e a racionalização de métodos.

Considerando a situação hipotética apresentada acima, julgue os itens a seguir, relativos às dimensões estruturais e culturais da máquina administrativa no Brasil desde 1930.

- 71** As reformas apresentadas por João da Silva já faziam parte da administração pública brasileira, elas foram originalmente propostas no Decreto-Lei n.º 200/1967.
- 72** A descentralização proposta pelo secretário está alinhada com o anteprojeto desenvolvido pelo departamento de administração do serviço público (DASP), desde o seu advento, no período de 1930 a 1945.
- 73** A revisão de estruturas organizacionais na administração pública tem sido frequente entre as reformas administrativas ocorridas no setor público ao longo dos anos.
- 74** A primeira reforma proposta no Brasil gerou a expansão empresarial do Estado brasileiro com a instauração de um Estado intervencionista.
- 75** Caso João da Silva queira realizar uma auditoria de pessoal, ele deverá se pautar nos procedimentos de auditoria, que foram definidos ainda no governo de Getúlio Vargas.

O secretário de administração do estado, acreditando que o estado deve se limitar àquelas funções que lhe são próprias, evitando atuar em atividades de produção de bens, elaborou uma série de propostas, entre elas, a criação de novos cargos públicos operacionais visando aumentar o efetivo de servidores públicos para o desenvolvimento de atividades operacionais básicas, criar um sistema mais rigoroso de controle e acompanhamento das compras públicas, bem como instituir um maior detalhamento do orçamento. Nesse sentido, julgue os itens de **76 a 81**, tendo como base o Plano Diretor para a Reforma do Estado, de 1995.

- 76** A criação de novos cargos públicos, com a atuação de servidores estáveis, contraria os pressupostos do Plano Diretor.
- 77** Ao propor um controle rigoroso do processo de compras, o novo secretário de administração age de acordo com os pressupostos do plano citado.

- 78** Ao adotar um maior detalhamento do orçamento, o secretário de administração viabiliza o bom funcionamento da administração pública, segundo os pressupostos do referido plano.
- 79** A crença do secretário de que a atuação do estado deve ocorrer apenas em suas funções próprias está alinhada com os objetivos globais do mencionado plano.
- 80** Caso o secretário de administração centralize as ações das autarquias e fundações do estado, limitando a liberdade de administração de seus recursos, ele estará agindo de acordo com os objetivos propostos para as atividades exclusivas previstas no plano.
- 81** Segundo o citado plano, o secretário de administração deverá escolher, no âmbito da administração pública, um servidor público de carreira com reconhecida competência para ser dirigente da autarquia.

Julgue os próximos itens acerca da administração pública.

- 82** A corrupção e o nepotismo são inerentes à administração patrimonialista, haja vista o funcionamento do aparelho do Estado como uma extensão do poder do soberano.
- 83** De acordo com os pressupostos da administração pública burocrática, o gestor público deve adotar controles rígidos, em função da desconfiança prévia em relação aos administradores públicos e aos cidadãos.
- 84** De acordo com os pressupostos da administração pública gerencial, o gestor público, que tem autonomia na administração dos recursos sob sua alçada, deve adotar controles *a posteriori*.
- 85** Ao adotar os pressupostos da administração pública gerencial, o gestor público deve considerar que os resultados da ação do Estado são bons porque os processos administrativos estão sob controle e são seguros.
- 86** Ao adotar ações de intervenção do Estado nos mecanismos de mercado, com a intenção de proteger determinados grupos de um mercado deixado às suas próprias regras, o gestor público está adotando uma postura de Estado do bem estar.

Julgue os itens subsequentes quanto à excelência nos serviços públicos.

- 87** O GESPÚBLICA é um modelo de gestão pública que orienta as organizações em relação a uma transformação gerencial e, ao mesmo tempo, permite avaliações comparativas de desempenho entre organizações públicas brasileiras e estrangeiras, e mesmo entre empresas e as demais organizações do setor privado.
- 88** A excelência em gestão pública pressupõe atenção prioritária às organizações públicas nas quais atuam carreiras típicas de Estado, na condição de executores de serviços públicos e destinatários da ação decorrente do poder de Estado.
- 89** No Brasil, considera-se a função técnica comissionada como um exemplo de definição de padrões de remuneração embasado em competências, conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas a postos de trabalho.
- 90** O primeiro passo a ser tomado pelo gestor público que deseja adotar a gestão de pessoas por competências é a definição do valor da remuneração para cada cargo a ser ocupado.

Carlos, ao verificar que os resultados obtidos por diversos órgãos públicos que ele auditou estavam abaixo dos referenciais comparativos de outras organizações públicas, passou a defender que as organizações públicas deveriam mudar a cultura organizacional vigente, alinhando-se a um paradigma de gestão similar ao da iniciativa privada. A intenção de Carlos ao defender a mudança é instituir o paradigma do cliente na gestão pública.

Considerando a situação hipotética descrita acima, julgue os itens de **91** a **93**, a respeito da cultura organizacional, das convergências e divergências entre a gestão pública e a gestão privada.

- 91** As mudanças que Carlos vislumbra como necessárias aos órgãos públicos devem se pautar pelo princípio da legalidade, pois, enquanto ao gestor privado é permitido fazer tudo o que não lhe for proibido em lei, ao gestor público é permitido fazer apenas aquilo que estiver previsto em lei.

- 92** Ao propor que as organizações públicas que estejam atuando fora dos setores de Estado, que não sejam os do núcleo estratégico ou das atividades exclusivas, busquem resultados melhores que as organizações privadas, Carlos poderá se aproveitar da vantagem competitiva dessas organizações ao contar com o poder de império que o coloca em situação de superioridade em relação ao particular e aos demais competidores inseridos no mercado.

- 93** Para instituir o paradigma do cliente na gestão pública, deve-se avaliar o desempenho da gestão pública e, para tanto, devem ser utilizados os mesmos indicadores de eficiência e eficácia utilizados pela gestão privada.

Julgue os itens a seguir acerca de empreendedorismo governamental e processos participativos de gestão pública.

- 94** É possível ao gestor público instituir um conselho de gestão voltado para a área de habitação.
- 95** Para o recebimento, pelo município, de recursos sociais, é condição necessária a instituição de conselho de gestão que deverá acompanhar a aplicação desses recursos.
- 96** Os conselhos de gestão estão inseridos na estrutura do Poder Executivo e são subordinados à secretaria pertinente ao tema ou área de que tratam.
- 97** Para instituir uma comissão coordenadora do orçamento participativo (CCOP), é necessária a representação de integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo e da comunidade.
- 98** Caso um gestor público deseje celebrar alguma parceria com a sociedade civil, ele deve realizá-la normalmente, exceto quando repassar recursos às OSCIPs.

Julgue os itens de **99** a **103** acerca das novas tecnologias em gestão.

- 99** Um círculo de controle da qualidade será composto pelos servidores operacionais, sendo vedada a participação de servidores com cargos de chefia da organização.
- 100** O consultor de uma organização pública, ao propor a reengenharia organizacional nos moldes clássicos de Michael Hammer, deve propor que as mudanças sejam impostas pela cúpula da organização ao restante dos colaboradores.

101 Uma das características marcantes da reengenharia como tecnologia de gestão é a realização de melhorias incrementais nos processos vigentes, evitando mudanças radicais.

102 Uma ferramenta utilizada para subsidiar o planejamento estratégico em seu diagnóstico é a matriz SWOT, que fornece a análise dos ambientes interno e externo.

103 A utilização, pelo Estado, do *balanced scorecard* como ferramenta de acompanhamento estratégico ao realizar auditoria nas organizações privilegia os aspectos financeiros.

Julgue os itens que se seguem a respeito do *accountability* e do governo eletrônico.

104 É correto afirmar que há *accountability* quando se constata elevado nível de centralização de responsabilidades na organização.

105 O gestor público, ao instituir o governo eletrônico, tem como um de seus objetivos fomentar a democratização da informação.

Julgue os itens a seguir, acerca de governabilidade e governança e intermediação de interesses.

106 Ao analisar o Estado brasileiro, no que tange à sua administração pública, caso se verifique que não há condições para governar em virtude da falta de legitimidade democrática, é correto afirmar que há uma crise de governança.

107 Caso o Estado brasileiro, com relação à sua administração pública, possua rigidez e ineficiência da máquina administrativa, então é correto afirmar que existem problemas com a governabilidade.

108 Corporativismo é uma forma de intermediação de interesses em que existe uma representação dos interesses econômicos e profissionais em representações políticas que integram até mesmo a própria estrutura estatal.

109 O clientelismo configura-se pela existência de relações comprometidas entre políticos de profissão e burocratas, que possuem entre si lealdades pessoais e troca de vantagens na estrutura pública que controlam, obtendo, desse modo, não só legitimação do voto, mas também apoio.

Com relação a mudanças institucionais, julgue os itens subsequentes.

110 Considere que o gestor público adote parceria com uma OSCIP. Nesse caso, essa OSCIP não está obrigada a seguir a legislação de licitações.

111 Caso o gestor público deseje repassar recursos para uma OSCIP, então ele o pode fazer, por exemplo, por meio de convênio.

112 As agências reguladoras devem atuar em setores empresariais que operem em mercados altamente competitivos.

113 As agências executivas devem acompanhar atividades não exclusivas, por intermédio de contrato de gestão.

114 As organizações sociais estão inseridas na administração direta, visando sua plena integração ao Estado.

A respeito de planejamento e avaliação de políticas públicas, julgue os itens que se seguem.

115 A rotina administrativa caracteriza-se como exemplo típico de planejamento estratégico, necessário para o funcionamento da política pública.

116 Na elaboração de políticas públicas, o gestor deve considerar que, no planejamento estratégico, a análise dos *stakeholders* está contida no diagnóstico do ambiente externo.

117 Ao utilizar a avaliação do marco zero, o auditor de um projeto social garante o máximo de proximidade às reais necessidades e expectativas dos futuros usuários, e essa avaliação deve ocorrer antes da instalação desse programa social.

118 Ao utilizar a avaliação de produto ou somativa, o auditor de um programa social está, durante o processo de implementação, provendo os gestores de informações necessárias, a fim de promover mudanças no programa.

Julgue os próximos itens, acerca do processo de formulação e desenvolvimento de políticas públicas.

119 Ao se elaborar um método para formulação de políticas públicas, constrói-se uma agenda.

120 A utilização do modelo incremental para formulação de políticas públicas parte do pressuposto de que não se deve buscar a informação completa para enfrentar a situação, conformando-se em melhorar um pouco o que já existe.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponíveis será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

De exames realizados em uma sociedade de economia mista vinculada ao Estado do Espírito Santo, na área de compras, colheram-se, entre outras, as informações adiante especificadas, obtidas a partir das constatações dos auditores e dos esclarecimentos prestados pelos empregados.

- ▶ A empresa, por ser uma sociedade por ações, adota orientações e procedimentos próprios para aquisição de bens. Dada a heterogeneidade dos materiais que compõem seus estoques e a diversidade de suas operações, a empresa não tem normas rígidas nem um roteiro definido ou formalizado para cada etapa do processo de compras.
- ▶ A coerência dos critérios adotados pela empresa está assegurada pela permanência, ao longo do tempo, dos mesmos empregados incumbidos pelo setor. Paralelamente, a continuidade do atendimento pelos mesmos fornecedores vem garantindo os suprimentos e o padrão de qualidade exigido.
- ▶ Os pedidos são efetuados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras, razão pela qual não há necessidade de um controle mais estrito dos níveis de estoque. Por outro lado, não há dificuldades na sua manutenção, em virtude das disponibilidades de instalações e tendo em vista que os materiais não são perecíveis.

Tendo por base a situação hipotética apresentada acima, elabore um relatório de auditoria. O relatório deve constar de uma introdução, da descrição sucinta dos fatos observados e das conclusões e recomendações finais.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	